

Sindicato dos Servidores da Justiça de 1ª Instância de Minas Gerais - Nº 130 - Janeiro/Fevereiro/Março de 2009

Projeto do Plano de Carreiras praticamente desconsidera 1^a Instância



Diretores do SERJUSMIG solicitaram uma posição do TJ sobre os principais itens da pauta de reivindicações da categoria, em reunião com a equipe da Seplag. Tribunal argumenta falta de orçamento para reajustar diligências. SERJUSMIG indica medidas emergenciais.

Página 7

Dirigentes do SERJUSMIG reúnem-se com relator do PL do ADE na Assembléia.

Página 8

Página 6

Encarte especial: Veja nesta edição um resumo das lutas e ações do SERJUSMIG durante o ano de 2008, na retrospectiva.



Editorial

Assembléia Geral irá debater assuntos de interesse da categoria

SERJUSMIG irá realizar, no dia 25 de abril de 2009, uma Assembléia Geral para tratar sobre assuntos de interesse da categoria, dentre eles, o ingresso em juízo de diversas ações judiciais.

A diretoria do SERJUSMIG chama a atenção para a necessidade do efetivo comparecimento dos sindicalizados, pois a Assembléia Geral é o órgão máximo de deliberação da entidade e suas decisões são soberanas e devem ser cumpridas à risca pelo sindicato, não cabendo possíveis questionamentos posteriores.

Portanto, vale destacar que a Assembléia Geral é o momento oportuno para todos manifestarem suas idéias e defenderem seu ponto de vista. A ausência das bases nas Assembléias Gerais das entidades sindicais tem feito com que, muitas vezes, as lideranças assumam o papel de substitutos da categoria e não de representantes, como deveria ser.

Na oportunidade, o Sindicato debaterá também questões relacionadas ao Plano de Carreiras, o Redesenho e outras.

Não deixe de comparecer, trazer suas opiniões e sugestões.

Sandra Silvestrini

Presidente

Convocação AGE

SERJUSMIG convoca servidores para Assembléia Geral Extraordinária

O Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais - SER-JUSMIG, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 20.250.353/0001-57, por iniciativa de sua Diretoria Executiva, através de sua Presidente, nos termos do art. 13, inciso III, de seu atual Estatuto Social, convoca seus servidores filiados para comparecerem à Assembléia Geral Extraordinária, a realizar-se às 09:00 horas, em 1ª convocação, e às 09:30 horas, em 2ª convocação, no dia 25 de abril de 2009, na sede do Sindicato, sito à Av. Amazonas, 2086, Barro Preto, para tratar dos seguintes assuntos:

- 1)- Deliberar sobre o ajuizamento de medidas judiciais cabíveis de cunho coletivo de interesse da categoria funcional representada, mediante os institutos da substituição e/ou representação processual, nos termos do artigo 5°, incisos XXI e LXX, alínea "b" c/c artigo 8°, inciso III, da Constituição da República, a saber:
- a) Ação Ordinária e/ou outra Medida Judicial em face do Estado de Minas Gerais, pugnando pelo correto pagamento do abono-permanência na proporção de 20% da remuneração mensal e não 11%, quando os servidores públicos completarem o tempo para a aposentadoria integral e permanecerem na ativa;
- b) Ação Ordinária e/ou outra Medida Judicial em face da União Federal, buscando a exclusão da parcela

denominada abono-permanência na composição base de cálculo do imposto de renda, com a conseqüente devolução integral dos valores descontados nos contracheques de seus filiados-sindicalizados, a esse título;

- c) Ação Ordinária e/ou outra Medida Judicial em face do Estado de Minas Gerais e do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais Ipsemg, pugnando pela invalidação da indevida inclusão da remuneração de substituição na composição da base de cálculo da contribuição previdenciária, com a conseqüente devolução integral dos valores pretéritos efetivamente cobrados e recolhidos nos contracheques de seus filiados, a esse título, daí decorrentes;
- d) Ação Ordinária e/ou outra Medida Judicial em face do Estado de Minas Gerais e do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais Ipsemg, pugnando pela devolução dos efetivos descontos suportados pelos sindicalizados nos contracheques partir de janeiro de 2004 título de contribuição do custeio compulsório da assistência saúde à razão da alíquota de 3,2%, a partir do mês de competência de janeiro de 2004.
- 2)- Deliberar sobre a constituição, ou não, de Fundo de reserva para fins de contribuição previdenciária relativa ao Plano de Saúde Unimed.

Belo Horizonte, 19 de março de 2009.

Sandra Margareth Silvestrini de Souza

Presidente do SERJUSMIG

SERJUSMIG

Sandra Margareth Silvestrini de Souza Presidente Luiz Fernando Pereira Souza 1ª Vice-Presidente Rui Viana da Silva 2º Vice-Presidente Joyce Kelly Martins 3ª Vice-Presidente Cláudio de Andrade Diretor Financeiro Tatiana Correia Borges
Sub Diretora Financeira
Théo Lellis Alves Nardelli
Diretor de Recreação, Esporte,
Lazer e Cultura
Willer Luciano Ferreira
Sub -Diretor de Recreação,
Esporte, Lazer e Cultura
Denise Silvestrini de Campos
Diretora Secretária
Amauri Debussi
Sub Diretor Secretário

Simone Salgado Rodrigues Gomes Diretora de Relações Públicas, Promoções e Eventos Cleber Batista de Oliveira Sub Diretor de Relações Públicas, Promoções e Eventos Ana Maria Gomes de Souza Bertelli Diretora Social Kátia Maria Rabelo

Suplentes Jorge Antônio de Almeida Maria Rosa Ribeiro Batista Denise Gomes Soares Monalisa Rocha Taveira Senira Regina Rocha Jaqueline Campos Paulino

Efetivos Maria Auxiliadora de Souza Teixeira

Juciano César José de Queiroz Toledo Enio de Senna Gomes Jr. Ivana de Lourdes Reis da Silva **Jornalista responsável:** Ariane Rosa Dias MTB: MG 0699450 JP

Redação: Ariane Rosa Dias, Naiane Almeida Fone: (31) 3025-3515 Fotos: Ariane Dias

Estagiária: Naiane Almeida

Editoração Eletrônica: Aluízio Viana - 9715-0455 E-mail: aluizioviana@gmail.com Impressão: FUMARC Tiragem: 9 mil exemplares





Ejef apresenta sua proposta de alteração do Plano de Carreiras

convite da diretora executiva da EJEF, Mônica Alexandra de Mendonça, os diretores do SERJUSMIG participaram de uma reunião na Escola Judicial, na qual foi apresentado o projeto de Resolução que altera o Plano de Carreiras dos Servidores do Judiciário mineiro, no dia 12/2.

Abrindo a reunião, a diretora executiva informou que aquela era a proposta final e definitiva da Escola Judicial. Portanto, a reunião ali era para apresentar a

proposta e tirar dúvidas, não para promover qualquer tipo de mudanças.

Nesta condição, o SERJUSMIG participou da reunião apenas para conhecer a proposta, sem, contudo, poder propor modificações no que discordasse. Durante a apresentação, foi entregue uma cópia do projeto aos participantes.



Presidente do SERJUSMIG, Sandra Silvestrini e Vices, Rui Viana da Silva e Luiz Fernando Souza, assistem apresentação de proposta da EJEF

Estudo minucioso

Em uma primeira análise o SER-JUSMIG observou que a proposta não contempla as demandas da 1ª Instância, há muitos anos debatidas com a Instituição (antes mesmo da Ejef se reunir em Comissão para apresentar a proposta de alteração do plano).

Além disso, os poucos benefícios contidos na proposta não contemplam de forma igualitária todos os cargos e instâncias.

O resultado deste primeiro estudo sobre o Anteprojeto foi disponibilizado pelo Sindicato, no site: www.serjusmig.org. br. e pode se enviado por e-mail ou correio, para aqueles que solicitarem. Além disso, os servidores podem encaminhar suas sugestões e críticas acerca do

tema para o e-mail: planodecarreiras@ serjusmig.org.br

O SERJUSMIG encaminhou sua avaliação ao superintendente da Ejef, Desembargador Reynaldo Ximenes, ao presidente do TJ e à Seplag, com os quais espera ter condições de debater democraticamente o anteprojeto e ter

suas reivindicações contempladas.

SERJUSMIG se associa ao Dieese para aprimorar e fortalecer sua luta

SERJUSMIG se associou ao Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) a fim de aprimorar e fortalecer sua luta.

A partir dessa parceria, o Sindicato obtém assessoria técnica e especializada na geração de cálculos e estudos sobre questões envolvendo o Orçamento do Estado; gastos do TJMG com pessoal e verba de custeio; e os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal; as perdas acumuladas no salário do servidor nos últimos anos,



Durante reunião, diretores do SERJUSMIG e Sinjus, discutem cálculos do Orçamento do estado e do TJMG

em comparação com o aumento das tarifas públicas, inflação, etc.

No dia 6 de fevereiro, os diretores do SERJUSMIG reuniram-se mais uma vez com técnicos do Dieese para apresentação de alguns dados preliminares e definição de algumas estratégias.

Desta forma, o SERJUSMIG estará munido das informações necessárias, propiciando um aprimoramento de suas negociações com o TJ em favor do estabelecimento de uma política salarial da categoria.



Sindicato em Ação

SERJUSMIG percorre Comarcas mineiras para ouvir servidores

As Comarcas de Ponte Nova, Ouro Preto, Teixeiras, Divinópolis, Nepomuceno, Poços de Caldas, Pará de Minas, Coromandel, Perdões, Caeté, Santa Bárbara, Barão de Cocais, Varginha, Cambuquira, Três Corações, Santa Luzia, dentre outras, recebem a visita do SERJUSMIG



Ouro Preto



Teixeiras



Divinópolis



Poços de Caldas

ntre os meses de dezembro/2008 a março de 2009, o SERJUS-MIG, representado por seus diretores, Luiz Fernando Souza e Rui Viana, acompanhados pelo funcionário Franklin Antônio de Almeida, atendendo a convites de alguns delegados e servidores, percorreram várias

comarcas do interior do Estado.

Em todas as comarcas por onde passou, o SERJUSMIG respondeu às principais dúvidas da categoria, dentre elas, sobre Plano de Carreiras, ADE, Promoção Vertical, Ações Judiciais e demais benefícios concedidos pela entidade.



Coromandel



Pará de Minas

Na oportunidade, os diretores do SERJUSMIG expuseram o trabalho e as conquistas do Sindicato nos últimos anos e ressaltaram a importância da coesão e participação dos servidores na luta em defesa dos direitos da categoria.

Durante as visitas, alguns servidores, após conhecerem um pouco

mais do trabalho e atuação do SERJUSMIG, decidiram fortalecer este instrumento de luta da categoria, providenciando, para tanto, suas filiações.

Os diretores do SERJUS-MIG têm se esforçado para garantir um espaço em suas agendas, dividindo um pouco do tempo entre os

estudos técnicos, reuniões no TJ, na ALMG, no Ipsemg e em outras frentes de luta, com a visitação aos servidores em suas Comarcas, o que tem sido importante para que a entidade possa averiguar, in locu, as denúncias apresentadas e requerer providências junto ao TJ.

Diretora Social do SERJUSMIG participa de encontro com os Assistentes Sociais em Varginha

o dia 5 de fevereiro, a diretora social do SERJUSMIG, Ana Maria Gomes de Souza, esteve na comarca de Varginha para auxiliar os Assistentes Sociais do sul de Minas quanto a formalização do núcleo de estudos do serviço social junto à EJEF.

Na oportunidade, os Assistentes Sociais relataram também as dificuldades enfrentadas no exercício de suas funções e trocaram experiências a fim de buscar uma possível solução para os problemas.

A Assistente Social e diretora do SER-



JUSMIG, Ana Maria, e o funcionário do Sindicato Franklin Antônio apresentaram ao grupo um resumo dos principais assuntos de interesse da classe reivindicados e defendidos pelo SERJUSMIG, dentre eles o estudos do Redesenho, Adicional de Penosidade, Promoção Vertical, Remoção, Saúde do Trabalhador. Além disso, Ana Maria esclareceu algumas dúvidas individuais e apresentou o trabalho de luta do SERJUSMIG, chamando os colegas que ainda não são filiados à entidade para unirem-se à luta.



Situação crítica na Comarca de Ponte Nova

urante visita à Comarca de Ponte Nova, os diretores do SERJUSMIG constataram vários problemas enfrentados pelos servidores: um grande volume de processos para um número reduzido de funcionários, falta de equipamentos, espaço insuficiente para abrigar o acervo processual, necessidade de instalação de uma vara de execução, tendo em vista a inauguração de uma penitenciária na cidade.

Se não bastassem essas questões que prejudicam seriamente o trabalho e a saúde dos servidores, na vara criminal daquela comarca os funcionários ainda sofrem as conseqüências de um conflito interpesso-

al, que gerou inclusive uma acusação pelo Ministério Público de assédio moral a um servidor, dentre outros.

A crise instaurada na vara criminal levou vários servidores ao adoecimento, estresse e a pedidos de remoção e permuta, o que, por conseqüência, prejudica ainda mais a celeridade da prestação jurisdicional, já extramente prejudicada pelo elevado número de processos em andamento e reduzido número de servidores.

No momento em que os diretores conversavam com os colegas, uma equipe da Corregedoria do TJ também trabalhava no local.

Segundo alguns servidores, a Corregedoria já foi até a Comarca cerca de três vezes em um curto espaço de tempo.

O SERJUSMIG, representado pelo



Diretores certificam os problemas na comarca de Ponte Nova

vice-presidente do SERJUSMIG, Rui Viana, tem acompanhado e oferecido toda a assistência necessária aos servidores da Comarca, desde que tomou conhecimento do conflito.

Mas, é preciso que o Tribunal aja e tome medidas necessárias para solucionar os problemas da Comarca, do contrário, poderá ser tarde demais.

Assédio Moral já é tratado em outros Poderes

O conflito na vara criminal, em específico, teve como resultado uma Ação Civil Pública, levando ao afastamento imediato do servidor acusado.

Na Ação, o promotor iniciou os autos do processo com uma citação da autora

francesa psiquiatra, psicanalista, e psicoterapeuta de família, formada em vitimologia Marie-France Hirigoyen: "Um perverso age tanto melhor em uma empresa quanto mais ela for desorganizada, mal-estruturada, "depressiva". Basta-lhe encontrar a brecha e ele vai ampliá-la para realizar seu desejo de poder. A técnica é sempre a mesma: utilizam-se as fraquezas do outro e leva-se o outro a duvidar de si mesmo, a fim de aniquilar suas defesas. Por um procedimento insidioso de desqualificação, a vítima perde progressivamente a confiança em si, e por vezes fica tão confusa que pode chegar a dar razão a seu agressor: "Eu sou nulo, eu não consigo, eu não estou à altura!". Assim, a destruição se dá de

forma extremamente sutil, até que a própria vítima se põe na condição de quem está em erro". (Livro: Assédio Moral - A violência Perversa do Cotidiano - 2001).

Diante do posicionamento do MP no processo, Rui Viana apontou que o tema do Assédio Moral já é retratado e levado a sério por outros Poderes e que isso deve servir de exemplo para o TJMG.

Neste sentido, o vice-presidente, representante do SERJUSMIG na Comissão de Combate ao Assédio Moral no serviço público, destaca a importância do trabalho da Comissão junto ao Tribunal, no qual tem insistido numa parceria para abordar o tema dentro da Instituição, de forma a coibir a prática do assédio e preservar a saúde do trabalhador e o bom clima organizacional.

Aposentados

SERJUSMIG impetra Ação Judicial em defesa dos aposentados por invalidez

TJMG, através de carta remetida aos servidores aposentados por invalidez, comunicou que, a partir de um estudo realizado por uma empresa contratada, os proventos destes seriam adequados segundo as regras previstas na Emenda 41/2003 (veja no site do SERJUS-MIG a integra desta Emenda).

Entretanto, é sabido que esta Emenda 41/03 tem sido amplamente combatida no Congresso, através da Proposta de Emenda Constitucional n°270 (que propõe proventos integrais aos aposentados por invalidez permanente).

A redução significativa dos valores dos

proventos dos servidores (aposentados por invalidez) surpreendeu a todos, ocasionando sérias dificuldades financeiras a quem já sofre com problemas de saúde e não conta com opções de atendimento médico satisfatório do Estado, restando arcar com os altíssimos custos dos planos de saúde particulares e medicação.

Diante destes fatos, o Sindicato está disponibilizando aos seus associados a Ação Individual de Revisão de Aposentadoria, pela qual pretende, liminarmente, garantir o cancelamento da redução de proventos.

Ao mesmo tempo vem fortalecendo a luta do Congresso pela aprovação da

PEC270/08.

Os servidores aposentados por invalidez que tenham recebido a referida correspondência do TJMG e queiram ingressar com a Ação, podem procurar o departamento Jurídico do SERJUSMIG, através dos telefones (31) 3025 -3511 / 3025-3509 / 3025-3512, ou pessoalmente na sede do Sindicato: Av. Amazonas, 2116 -Barro Preto, no horário de 9h as 18h.

Acesse o site www.serjusmig.org.br no link "Projetos Federais" e acompanhe a tramitação da PEC 270/2008. Envie mensagens aos parlamentares apoiando a aprovação da mesma.

Seplag responde a itens da pauta de reivindicações dos servidores

Na tarde do dia 30/1, sexta-feira, a presidente do SERJUSMIG, Sandra Silvestrini, e os vices-presidentes, Luiz Fernando Souza e Rui Viana, reuniram-se com a diretora executiva da Seplag, Maria Cecília Belo, sua assessora, Marília Antunes Vilaça, além de Eduardo Camarota, do CECOEX.

A reunião na Seplag foi solicitada pelo Sindicato com o intuito cobrar respostas sobre alguns assuntos pendentes junto ao Tribunal de Justiça de interesse dos servidores.

Promoção Vertical

O SERJŪSMIG apresentou um estudo que realizou, no qual fez um comparativo entre as vagas remanescentes do edital 2005 e as apontadas no edital 2006. O resultado demonstra que houve a redução do número de vagas em vários cargos. Além disso, embora em algumas comarcas haja cargo vago de Oficial de Apoio B (gerente de Secretaria) essas deixaram de ser apontadas, ou, o foram em número inferior. Diante desta constatação, o sindicato requisitou respostas sobre os critérios utilizados para o apontamento das vagas e a publicação de aditivo acrescendo as vagas subtraídas.

Ademais, o SERJUSMIG solicitou que a homologação dos processos se dê de forma gradativa, ou seja, tão logo concluído 2006 este seja homologado, e a seguir passe-se ao processo seguinte. A diretora da Seplag disse não ter ciência destes fatos, porém, garantiu que faria os contatos necessários a fim de buscar os esclarecimentos devidos. Os representantes do SERJUSMIG insistiram na necessidade urgente, não só desses esclarecimentos, mas, principalmente, de uma reunião conjunta envolvendo representantes da Ejef, DEARHU e Seplag, conforme inclusive compromisso firmado anteriormente com o sindicato, a fim de que haja uma discussão prévia antes do apontamento das vagas relativas a 2007.

* Veja matéria sobre a reunião com a equipe da Dearhu, onde o Serjusmig questiona o apontamento das vagas no edital, na pagina 7.

Redesenho

Segundo Maria Cecília, o relatório do redesenho está novamente sob estudos, haja vista fatos posteriores à sua elaboração, incluindo as alterações advindas da nova lei de Organização Judiciária.

De acordo com a mesma, o estudo foi dividido em situações distintas, a fim de que seja implementado em etapas: questões que independem de orçamento; que dependem de Resolucão: Lei...

O SERJUSMIG reiterou a necessidade de participar ativamente e opinar sobre quaisquer medidas relativas ao redesenho (resoluções, anteprojetos, etc.).

Plano de Carreiras

Questionada sobre a revisão do plano de carreiras dos servidores, a diretora executiva afirmou que ainda não havia recebido nenhuma proposta conclusiva da Ejef, mas que, quando a recebesse, o SERJUSMIG teria ciência e oportunidade de se manifestar a respeito. Os representantes do SERJUSMIG enfati-

Os representantes do SERJUSMIG enfatizaram que na condição de entidade representativa dos Servidores de 1ª Instância e, ainda, de membro da comissão instituída anteriormente para revisar o plano de carreiras e propor alterações, é imprescindível que o sindicato tome conhecimento de qualquer mudança, e de que sejam acatadas as sugestões que propôs e fez constar no relatório final entregue aos então, presidente e superintende da Ejef. Destacou, dentre elas, a de abertura da carreira do Oficial de Apoio (para concorrer à classe B sem necessidade de assumir gerência de Secretaria ou Contadoria) e a instituição da Gratificação



Diretores e equipe da Seplag discutem vários assuntos de interesse dos servidores

de 20% para os gerentes destas, propostas estas também encaminhadas à comissão responsável pelo redesenho, que as acatou em seu relatório.

*Veja na página 3, a cobertura da reunião na qual a Ejef apresentou sua proposta de revisão do Plano de Carreiras, que não contempla as demandas urgentes da 1ª Instância.

Artigos da Lei Complementar nº 105/09

Quanto a este assunto, Cecília Belo informou que, ao que parece, a idéia de propor ADI contra os artigos 27, 58, 63 e 67 da LC 105/09, teria sido abandonada pelo TJ.

Gratificação dos chefes de secretarias

Os representantes do SERJUSMIG questionaram sobre o encaminhamento do projeto de lei para a ALMG garantindo a instituição da gratificação estabelecida na nova LDOJ (art. 67 da Lei LC 105/08).

Maria Cecília, como em oportunidades anteriores, alegou que tal despesa não estava prevista no orçamento do Tribunal, já que não constava do projeto original do TJMG, tendo sido fruto de emenda do SERJUSMIG na ALMG.

Os representantes do SERJUSMIG argumentaram que quando o levantamento do TJ sobre o impacto desta medida soma o valor da gratificação ao gasto que se despende atualmente com os titulares e substitutos, o resultado não é real.

Um estudo que considere a nova sistemática (todos os gerentes de Secretaria -titulares e substitutos- recebendo os 20% de Gratificação sobre o PJ 77, deduzindo-se o gasto atual com "outras substituições"), demonstrará que o impacto não será tão alto quanto o inicialmente orçado. E mais, lembraram que essa é uma medida extremamente necessária, já reconhecida pelo TJ no relatório do redesenho e que, uma vez adotada, fará justiça àqueles que têm uma carga horária superior e a responsabilidade gerencial.

Após essa argumentação, Maria Cecília demonstrou concordância com a ponderação e determinou novo levantamento junto ao DEARHU, sendo que, comprovando-se que o impacto será inferior àquele inicialmente apurado, há possibilidade do encaminhamento do projeto à ALMG, no prazo que a Lei estipulou (120 dias contados da publicação – finda em março de 2009). Em breve, nova reunião trará o resultado desse levantamento e a conclusão sobre o assunto.

Exigência de bacharelado e equivalência salarial

No que diz respeito ao art. 58 da mesma Lei (exigência do bacharelado em direito para os próximos concursos para o cargo de



Presidente do SERJUSMIG, Sandra Silvestrini, contesta dados do Tribunal

Oficial de Justiça), a diretora afirmou que o TJ o cumprirá.

Porém, em relação à equivalência salarial dos atuais ocupantes do cargo (art. 63), além de reiterar a argumentação de que tal despesa não estava prevista no orçamento do TJMG deste ano, Cecília apresentou números apurados em levantamento realizado por técnicos do TJMG, os quais dão conta de que tal medida beneficiaria 2.490 Oficiais de Justiça (conforme Resolução 405/2002), o que implicaria em um impacto orçamentário de R\$ 62.000.000,00 (sessenta e dois milhões de reais).

O SERJUSMIG contestou esses números, tendo em vista que nem todos os Oficiais de Justiça serão contemplados. Isso porque, parte deles, na época do ingresso no judiciário, já prestou concurso para o cargo Técnico (Comarcas de Entrância Especial e Final em 1992). Além disso, de lá até o ano de 2000 (quando o TJ revogou a exigência do bacharelado para essas entrâncias), outras tantas Comarcas já haviam sido elevadas a essa condição (Especial ou Final) e, consequentemente, seus Oficiais de Justiça tiveram seus vencimentos adequados.

Concordando com as argumentações do SERJUSMIG, Cecília determinou à sua equipe a revisão do estudo sobre o impacto orçamentário, excluindo aqueles que não serão contemplados, e se comprometeu em retomar o assunto com o SERJUSMIG em breve, tão logo tenham sido concluídos.

O SERJUSMIG sustentou sua defesa de que o artigo aprovado (63) não contempla só os atuais bacharéis em direito, mas, também aqueles que não possuem este título.

Em reunião posterior, na data de 02 de março, o Presidente do TJMG sinalizou com a possibilidade de encaminhar um projeto de Lei à ALMG, prevendo, entretanto, que a implementação da medida estaria subordinada à disponibilidade financeira e orçamentária.

Indenização dos Plantões

O SERJUSMIG reiterou à diretora da Seplag a necessidade do TJMG inserir em seu planejamento financeiro e orçamentário verba destinada a indenizar os plantões (noturnos e de finais de semana e feriados).

Segundo Cecília, atualmente o Tribunal trabalha no limite do orçamento. Neste sentido, afirmou que a prioridade é garantir os recursos necessários para a implementação, em julho, dos 7,5% de reajuste salarial da categoria.

Disse, ainda, que embora esteja particularmente otimista em relação à arrecadação do Estado em 2009, para que qualquer novo compromisso (despesa) seja firmado, é preciso que esse crescimento vá se confirmando ao longo dos meses.

Aumento do Vale-lanche

De acordo com Cecília, a verba custeio do TJMG para este ano subiu apenas 4,5%, portanto, uma vez que o vale-lanche é pago com recursos desta rubrica, a princípio, este seria o índice que poderia ser concedido ao benefício.

Porém, lembrou que o TJ começou a implementar algumas medidas de economia, a partir das quais, conforme previsto na Portaria da Sustentabilidade - por sugestão dos Sindicatos (SERJUSMIG/Sinjus)-, poderá haver a alocação de recursos para elevar o valor do benefício.

Novos contatos serão feitos para tratar sobre este assunto, pois, o SERJUSMIG reitera a reivindicação de que o valor do benefício seja majorado para R\$500,00.

Portaria-Conjunta nº 135/2008

Art. 8º As diretrizes para alocação de recursos advindos da economia com a implantação deste programa serão objeto de análise do Grupo Gestor e proposição à Presidência do Tribunal, ouvindo-se as entidades elencadas no inciso III do art. 4º, como também as áreas orçamentária e financeira do Tribunal de Justiça.

Art. 4º O Grupo Gestor, por meio de seu Presidente, poderá:

III - convidar, para participar de reuniões do Grupo Gestor, representantes de instituições públicas ou privadas e de entidades de classe, em especial do Ministério Público, da Defensoria Pública, da OAB, da ASSPROM, da AMAGIS, do SINJUS e do SERJUSMIG.

Diligências da Justiça Gratuita

Os diretores do SERJUSMIG cobraram uma posição quanto ao reajuste emergencial dos valores das diligências dos feitos nos quais as partes são isentas do recolhimento.

A diretora esclareceu que prosseguem estudos a respeito, incluindo a verificação sobre eventuais veículos que o TJ possua e que possam ser disponibilizados para este fim.

Entretanto, o SERJUSMÎG argumentou que esses certamente não seriam em número suficiente para atender a todos os Assistentes Sociais, Comissários da Infância e da Juventude, Oficiais de Justiça e Psicólogos do Estado, portanto, não resolveriam o problema.

Maria Cecília solicitou um prazo para definir essa questão, ficando agendado um novo encontro no dia 20 de fevereiro. Posteriormente, a reunião do dia 20 foi adiada para o dia 2 de março de 2009.

O Sindicato requereu, também, a alteração do § 1º, do art. 32, do Provimento Conjunto 003/2005, conforme inclusive já aprovado pela Corregedoria-Geral em requerimento administrativo formulado pela entidade (Autos 23738/2005 - GEFIS 1). Tal alteração visa garantir que os valores recolhidos pelas partes ao Tribunal de Justiça a título de reembolso das diligências por ocasião das custas finais, seja repassado ao Oficial que houver cumprido a diligência, abatendo-se tão somente o valor eventualmente antecipado ao mesmo pelo TJ.

E, finalmente, requereu as providências

E, finalmente, requereu as providências necessárias à renovação do contrato com a Procuradoria da Fazenda Nacional, haja vista o ofício encaminhado por esta ao SERJUSMIG (15746 GAB – SUB/ PFN/MG/2008), no qual informa que, embora todo o esforço daquela Procuradoria, o convênio encerrado em março de 2008 até então não foi renovado.

(Os ofícios entregues à diretora executiva da Seplag, referente a cada assunto tratado, encontram-se disponíveis no site do SERJUS-MIG, link Ofícios enviados.)

^{*}Veja na pagina 7, a cobertura completa da reunião agendada para o dia 2 de março.



Promoção vertical

SERJUSMIG questiona apontamento de vagas no edital da PV 2006

ara discutir o edital de promoção vertical relativo aos anos 2006/2007 e 2008, a presidente e o 1° vice-presidente do SERJUSMIG, respectivamente, Sandra Silvestrini e Luiz Fernando de Souza, reuniram com a equipe do Departamento de Recursos Humanos do TJMG – DEA-RHU, no dia 8 de janeiro.

O Sindicato fez um levantamento acerca das vagas apontadas, comparando-o com aquelas remanescentes do edital referente ao ano de 2005 e constatou que em alguns casos houve redução de vagas

Além disso, em algumas comarcas, tais quais, BH, Botelhos, Formiga e Uberaba, há servidores substituindo o cargo de Oficial de Apoio B e as vagas não foram apontadas no edital para essa classe, ou foram apontadas em número inferior ao de substitutos.

Na ocasião, a assessora técnica e a gerente de recursos humanos do TJMG, respectivamente, Pilar Vasconcelos Dominguez e Maria das Mercês Simões, disseram que o responsável pelo apontamento das vagas estava



Diretores do SERJUSMIG contestam apontamento de vagas no edital da PV

de férias, pelo que, era impossível, naquele momento, esclarecer as dúvidas levantadas pelo SERJUSMIG.

Entretanto, a equipe do TJ ficou de realizar um estudo mais aprofundado da situação, a fim de posteriormente esclarecer as dúvidas levadas pela entidade e, em sendo o caso, promover as eventuais correções, via aditivo ao edital.

O SERJUSMIG tratou deste assunto também na reunião com a diretora da Seplag Maria Cecília Belo, no dia 30/1.

Diligências

Reunião com presidente do TJ discute majoração do valor das diligências

m reunião que aconteceu no dia 2/3, com a presidência do Tribunal de Justiça e representantes do SERJUSMIG, Sindojus e Amojus, além da secretária de planejamento, Maria Cecília Belo, e as assessoras técnicas da Seplag, Márcia Maria Bernardes Pavan Alvim e Marília Antunes Vilaça, o TJ voltou a insistir na impossibilidade de majoração imediata do valor relativo ao reembolso das diligências cumpridas em feitos nos quais as partes não estão sujeitas ao recolhimento.

Abrindo a reunião, antes da chegada do presidente do TJ, Maria Cecília e sua assessora Márcia Alvim expuseram os dados relativos ao orçamento e à verba custeio do TJMG.

Neste sentido, respondendo a um dado que teria sido divulgado no sentido de que o Executivo haveria destinado R\$110 milhões para o TJ custear assistência judiciária, Cecília foi taxativa ao dizer que é um dado inverídico e que este montante é destinado a todo o custeio do Tribunal, incluindo aí despesas como compra de equipamentos, consertos, material de escritório, correio, telefone, valelanche e auxílio creche, reforma de prédios, dentre outros. E mais, que o artigo da Lei que determinava o repasse da verba para custear justiça gratuita havia sido revogado.

Reajuste de 7,5% é prioridade

Persistindo na falta de recursos, o presidente do TJ, desembargador Sérgio Resende, que neste momento adentrou à sala de reuniões, esclareceu sobre o conteúdo de sua reunião com o governador do Estado que vem sendo noticiada na mídia.

Neste sentido, afirmou que não



Com orçamento apertado, presidente afirma que reajuste é a sua prioridade

declarou em momento algum que pretende suspender a parcela de 7,5 % de reajuste salarial para os servidores, prevista para julho e que a instituição dessa parcela é uma prioridade sobre qualquer outra medida.

O desembargador lamentou o fato de que, nos anos anteriores à sua posse, o Estado vinha apresentando um crescimento substancial de suas receitas. E que, tão logo assumiu a presidência, tenha sido surpreendido por este mau momento nas finanças do Estado. Entretanto, assegurou que isso não irá impedi-lo de continuar a implementar algumas medidas de diminuição de gastos supérfluos para otimizar os recursos e destiná-los a questões mais urgentes.

Medidas emergenciais para as diligências gratuitas

A reunião havia sido marcada pela Seplag em 31/01, especificamente para tratar sobre o reembolso das diligências. Neste sentido, Cecília Belo disse que no momento era impossível a equiparação à Tabela D do Provimento e também adoção da proposta do Grupo de Trabalho (R\$10,12 (fixos para qualquer tipo de diligência), acrescido,

no perímetro rural, de R\$1,16 por quilometro percorrido), independente da crise financeira anunciada pelo Governador.

O SERJUSMIG insistiu, então, numa medida emergencial, que solucionasse, num primeiro momento, a questão relativa aos mandados cumpridos em zonas rurais.

Ñeste sentido, a presidente do SERJUSMIG, Sandra Silvestrini, argumentou que "se já é grave um servidor receber R\$5,00 para cumprir uma diligência, por exemplo, a 10 ou 20 Km da sede do fórum, pior ainda é aquele que recebe R\$6,50 para percorrer mais de 200 km".

Com relação às diligências cumpridas em feitos onde as partes estão sujeitas ao recolhimento das verbas, Sandra propôs que o TJ encaminhe projeto de Lei à ALMG alterando a Nota 1, da tabela D, do Provimento-Conjunto 07/2007, no sentido de se retirar o limite máximo atualmente imposto (160 quilômetros ida e volt). Essa proposta ficou de ser estuda pelo Presidente.

Quanto às diligências da zona rural, Maria Cecília sinalizou com a "possibilidade" de, a partir do levantamento que já está sendo concluído sobre as distâncias e o número de mandados cumpridos em comarcas com zonas rurais, o TJ instituir o reembolso, mediante a comprovação das despesas (bilhetes de passagens de ônibus, ou, abastecimento de combustível).

Diante da gravidade da situação enfrentada por esses servidores, mesmo sob alguns posicionamentos contrários na mesa de reunião, o SER-JUSMIG disse que apoiava a medida, até que a situação, como um todo, pudesse ser resolvida.

O SERJUSMIG sugeriu, ainda, em relação às diligências da Fazenda Pública Federal, que enquanto o contrato não é renovado, seja determinado que os mandados em feitos de interesse da mesma não sejam expedidos sem o prévio recolhimento do valor das diligências.

Valor retido pelo TJMG será

No que diz respeito ao fundo constituído por valores recolhidos pelas partes e não repassados aos Oficiais de Justiça (por ocasião das contas finais), no montante de R\$123.000,00 (compreendendo o período de janeiro a julho de 2007), o SERJUSMIG lembrou que, em 2006, a partir de requerimento deste, foi remetido pela Corregedoria Geral de Justiça uma proposta de alteração do Provimento de custas, solucionando esta questão. Maria Cecília esclareceu que já estava de posse deste material e que faltavam apenas alguns ajustes com a área de informática do TJ para adequar o sistema.

E com relação ao valor hoje retido nesta conta, que o Tribunal estudaria uma forma de rateá-lo entre todos os Oficiais, haja vista o fato de não haver como identificar o servidor que cumpriu as diligências que geraram o fundo.

O SERJUSMIG continuará, sob orientação especializada, acompanhando o desenvolvimento do orçamento do Estado e do TJ, bem como a utilização dos recursos, de forma a não permitir que medidas essenciais, como a verba indenizatória, a equivalência salarial, o vale-lanche, a instituição da gratificação de 20% aos gerentes de Secretarias e, principalmente, dos 7,5% de reajuste salarial da classe, sejam preteridos.

SERJUSMIG luta pelo aprimoramento do Projeto do ADE na Assembléia Legislativa

a luta pela aprovação e aperfeiçoamento do projeto de lei nº 2.968/09, que irá instituir o ADE no âmbito do Judiciário de Minas, os diretores do SER-JUSMIG e Sinjus reuniram-se, no último dia 11/3, com o deputado Dalmo Ribeiro, a fim de obter informações quanto à previsão de votação do PL na CCJ, além de sugerir algumas emendas para aperfeiçoar a matéria, resguardando direitos dos servidores.

Sobre o trâmite do projeto, Dalmo Ribeiro afirmou que está com alguns projetos do Governador, que tramitam em caráter de urgência, para serem analisados e que a sua expectativa é que possa apresentar seu relatório acerca do PL do ADE somente no mês de abril. O deputado afirmou que iria estudar as emendas sugeridas pelos Sindicatos a fim de verificar se poderão ser contempladas no seu relatório.

Os Sindicatos solicitaram ao parlamentar atenção especial ao projeto, haja vista o atraso no encaminhamento do mesmo por parte do TJMG foi grande, o que causou muitos prejuízos à classe.

Mais uma luta que exigirá a união e persistência da categoria

O projeto de lei nº 2.968/09 já está tramitando na Assembléia Legislativa, desde o dia 5/2.

O PL passará por três Comissões da Casa (Constituição e Justiça, Fiscalização, Financeira e Orçamentária e Administração



Deputado Dalmo Ribeiro, relator do Projeto na CCJ, recebe visita dos diretores do SERJUSMIG

Pública) e em dois turnos no plenário.

A luta dos servidores será agora pela votação urgente do projeto, se possível com absorção de emendas parlamentares, no intuito de garantir direitos dos servidores, não contemplados no anteprojeto aprovado pela Corte Superior do TJMG.

Durante toda a discussão da matéria no TJMG, o SERJUSMIG defendeu alterações no texto, como: retroatividade, melhoria da tabela de escalonamento nos moldes da do MP, dentre outros, porém, o Tribunal não as acatou.

Desta forma, mais uma vez, será a ALMG que se poderá fazer justiça aos Servidores do Judiciário, apresentando as emendas necessárias.

A categoria deve estar atenda e preparada, pois, somente a força de sua mobili-

zação poderá assegurar-lhe melhorias no projeto.

Análise do ADE

Desde a reforma administrativa do governador Aécio Neves, em julho de 2003, que acabou com o qüinqüênio dos servidores públicos, o Tribunal já deveria ter instituído o ADE – Adicional de Desempenho aos seus para seus trabalhadores.

Neste período, a matéria já foi discutida em Comissões compostas por Técnicos do TJMG, por desembargadores, passando-se o mandato de vários presidentes do Tribunal e nada de definitivo saiu do papel, até dezembro de 2008, quando, finalmente a Corte Superior aprovou o anteprojeto tratando sobre a instituição do adicional no âmbito do Judiciário mineiro.

Passados quase seis anos, finalmente o anteprojeto do ADE saiu do TJMG rumo à Assembléia Legislativa, sem, contudo, contemplar justos direitos dos seus servidores

Algo que merece reparo na ALMG, e pelo qual o SERJUSMIG lutará, é pela retroatividade. O projeto imputa o prejuízo pela demora do Tribunal na instituição do benefício, aos próprios Servidores, já que não garante a retroatividade do direito ao adicional.

O SERJUSMIG fez uma análise criteriosa de cada artigo proposto pelo Tribunal no anteprojeto encaminhado à ALMG e o disponibilizou em seu site: www.serjusmig.org.br, link ADE.

Presidente do SERJUSMIG fala sobre os principais assuntos de interesse dos servidores durante Serin

o final da tarde do dia 12/2, na companhia dos vice-presidentes, Luiz Fernando Souza e Rui Viana, a presidente do SERJUSMIG, Sandra Silvestrini, a convite da Ejef, apresentou o Sindicato aos servidores participantes do Programa de treinamento, Serin.

Sandra destacou as principais conquistas dos servidores nos últimos anos, alcançadas através de muita luta e mobilização.

Além disso, a presidente apresentou um resumo dos principais assuntos em pauta de interesse dos servidores, discutidos em reuniões com o TJMG: Promoção Vertical, ADE, Diligências, Vale-lanche, Plano de Carreiras, Reajuste, etc



Sandra Silvestrini durante apresentação do SERJUSMIG no Serin

Cerca de 70 servidores assistiram a apresentação do SERJUSMIG e receberam uma pasta contendo vários materiais relativos aos assuntos tratados.

Assédio Moral

O psicólogo e jornalista Arthur Lobato também falou aos presentes sobre os trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Combate ao Assédio Moral (SERJUSMIG/Sinjus), do qual ele é integrante

Além disso, Arthur fez uma breve explicação sobre o conceito de Assédio Moral, suas causa e conseqüências para a saúde do trabalhador.



Escrivães das Varas Cíveis de BH reivindicam melhores condições de trabalho

o final da tarde do dia 10/2 (terça-feira), a presidente do SERJUSMIG, Sandra Silvestrini, e os vice-presidentes, Luiz Fernando Souza e Rui Viana, reuniram-se com um grupo de Escrivães das Varas Cíveis do Fórum de Belo Horizonte para tratar de assuntos afetos às suas secretarias.

A reunião foi solicitada pelos mesmos, com o intuito de apresentar ao Sindicato as dificuldades que vêm encontrando para o bom desempenho do trabalho e, ainda, as conseqüências para a saúde dos trabalhadores.

Durante o encontro, os chefes de secretaria expuseram as dificuldades enfrentadas nas Varas Cíveis, decorrentes, principalmente, do excesso de processos e o número reduzido de funcionários.

Demonstraram, também, as especificidades dos trabalhos, o que faz com que processos que entram em suas Secretarias, normalmente tenham tramitação mais longa.

Segundo relatos de alguns Escrivães, a média de processo por servidor hoje nas varas cíveis chega a 600. Isso, se considerar os 10 servidores lotados na Secretaria Cível de BH trabalhando o ano inteiro (desconsiderando férias, licenças médicas, etc).

Um levantamento apontou que, em média, cada

vara cível do Fórum de BH trabalha com cerca de 6 mil processos.

Diante dessa situação alarmante, os servidores sofrem pressão e cobrança de advogados o tempo todo, muitos se dirigindo à Corregedoria para registrar denúncias ou reclamações.

Se não bastasse tudo isso, na maioria das Secretarias as condições de trabalho re-

lativas a espaço físico, computadores, ventilação, etc. são precárias, agravando ainda mais as dificuldades e prejudicando o bom desempenho das atividades.

Diante da situação relatada, os diretores do SERJUSMIG, juntamente com o grupo de escrivães presentes à reunião, decidiram realizar uma pesquisa em todas as Secretarias Judiciais de BH, a fim de levantarem dados que serão registrados em



Processos espalhados pelo chão, demonstram a falta de espaço



Servidores trabalham em meio a pilhas de processos e também de escorpiões

um relatório que o Sindicato encaminhará às autoridades competentes e registrará junto à Correição que está ocorrendo no momento em BH.

Em caráter emergencial, visando tentar minimizar a situação relativa às Varas Cíveis, um documento apontando algumas sugestões, a ser confeccionado pelo SERJUSMIG, com a colaboração dos Escrivães dessas, será encaminhado às mesmas autoridades.

Situação crítica nas secretarias do Fórum de BH



Legenda

O Serjusmig Notícias percorreu algumas secretarias do Fórum Lafayette no último mês e pôde constatar as dificuldades enfrentadas pelos servidores para executar suas tarefas diárias.

Equipamentos de informática precários, mesas e cadeiras insuficientes para acomodar os funcionários; banheiros sem janelas e ventilação, calor insuportável e sem ventilador, balcões e corredores lotados de pessoas aguardando atendimento e um grande número de processos foram alguns dos problemas detectados.

Não é a primeira vez que o SERJUS-MIG denuncia ao Tribunal as péssimas condições de trabalho a que os servidores estão sujeitos.

Mas, aproveitando o período da Correição, o SERJUSMIG levantará todas as reclamações e reivindicações dos servidores do Fórum de BH e as levará à Corregedoria-Geral e também ao presidente do TJMG.

Esse estudo será estendido a outras Comarcas do Estado.

SERJUSMIG prepara relatório contendo denúncias, reclamações e sugestões à Corregedoria

SERJUSMIG, representado por sua presidente, Sandra Silvestrini, e os vice-presidentes, Luiz Fernando Souza e Rui Viana, participaram da abertura oficial dos trabalhos de Correição Ordinária Geral da comarca de Belo Horizonte, no dia 6/2, sexta-feira.

Durante a solenidade, o Corregedor-Geral de Justiça de Minas Gerais, desembargador Célio César Paduani, explicou os objetivos da Correição: fiscalizar, conhecer e buscar soluções para denúncias, reclamações e/ou sugestões apresentadas para melhoria dos serviços judiciais e extrajudiciais.

Algumas novidades como a utilização da internet, por parte dos juizes, para o processamento de reclamações, bem como a criação de uma equipe organizada pela direção do Foro, com o objetivo de buscar a solução para as reclamações, denúncias ou reivindicações feitas durante os trabalhos, estão previstas para a Correição de 2009.

Segundo a assessoria do TJMG, qualquer cida-

dão pode apresentar suas queixas e sugestões até o dia 31 de março.

O SERJUSMIG aproveitará os trabalhos da Correição em BH para reiterar denúncias e reclamações sobre as condições de trabalho dos Servidores.

Os servidores que desejarem pode encaminhar sugestões/críticas/denúncias para o Sindicato, através do e-mail: serjusmig@serjusmig.org.br. A identidade do servidor será mantida em sigilo.

SERJUSMIG reitera pedido de ampliação da licença maternidade para as servidoras do Judiciário mineiro

o final do ano passado (03/12/08), o SERJUSMIG protocolou requerimento administrativo (Protocolo nº. 0000640046200815) solicitando a ampliação da licença-maternidade das servidoras do TJMG para 180 (cento e oitenta) dias.

Em resposta ao requerimento, o TJMG informou que a matéria estava em discussão na Comissão Administrativa da Casa.

Entretanto, vários Estados e também o Governo Federal já aplicam os benefícios advindos da Lei Federal nº 11.770, de 09 de setembro de 2008, às suas servidoras.

Persistindo em sua reivindicação, em outra oportunidade, o SERJUSMIG procurou novamente o Tribunal para saber sobre a evolução dos estudos e, na ocasião, foi informado de que a Casa iria aguardar a aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 31/07, que tramita na ALMG.

Porém, na reunião Especial em Comemoração ao Dia Internacional da Mulher, ocorrida na última segunda-feira (9/3/09), na

Assembléia Legislativa de Minas Gerais, o seu presidente, deputado Alberto Pinto Coelho (PP), promoveu, através de deliberação da Mesa, a extensão da licença-maternidade das servidoras do Legislativo de 120 para 180 dias.

Em contato com a assessoria do Legislativo, o SER-JUSMIG obteve a informação de que o entendimento da Procuradoria Geral do Estado é de que a lei federal permite que todos os órgãos públicos, através de atos administrativos, concedam tal benefício aos seus ser-

vidores. Fato que ocorreu, por exemplo, no âmbito da Justiça Federal, no Congresso, alguns Municípios e, recentemente, na Assembléia Legislativa mineira.

Desta forma, o SERJUS-MIG reiterou, por meio do encaminhamento de um novo ofício, ao presidente do TJMG, sua reivindicação no sentido de que, independentemente da aprovação do PLC nº 31/07, tal qual o Legislativo mineiro, estenda às Servidoras do Poder Judiciário mineiro o benefício da ampliação da licença maternidade para 180 dias.

Trabalho da Comissão de Combate ao Assédio Moral SERJUSMIG/Sinjus é apresentado no Fórum Social Mundial

jornalista e psicólogo, Arthur Lobato, membro da Comissão de Combate ao Assédio Moral, constituída pelos sindicatos SERJUSMIG e Sinjus, participou das discussões do Fórum Social Mundial, na cidade de Belém/PA, tratando sobre a saúde psíquica do trabalhador.

O evento, que aconteceu de 27 de janeiro a 1º de fevereiro, reuniu cerca de 100 mil pessoas de mais de 150 países, todos sob a mesma perspectiva: a construção de uma outra sociedade, onde a exploração do mercado e a opressão das diversidades sejam superadas.

No dia 31, no painel sobre "Os impactos e as atuais transformações do trabalho à Saúde Psíquica dos trabalhadores e as violações dos direitos humanos no trabalho", Arthur Lobato falou aos participantes sobre as atividades desenvolvidas

pelos Sindicatos (SERJUSMIG/Sinjus) no combate ao Assédio Moral no serviço público mineiro, tais como: campanha de esclarecimento sobre o tema, produção



A doutora Margarida Barreto, o professor José Roberto Heloani e o psicólogo e jornalista, Arthur Lobato, durante painel sobre Assédio Moral no FSM

de cartilhas, elaboração de projeto de Lei Estadual e o plantão realizado pelas entidades para atendimento ao servidor assediado. O painel foi coordenado por duas autoridades no tema Assédio Moral no trabalho: a doutora Margarida Barreto (PUC/SP), destaque por seus trabalhos de pesquisas envolvendo o assunto, publicações de livros e desenvolvimento do site www.assediomoral.com.br, e o professor José Roberto Heloani (Unicamp/FGV).

O SERJUSMIG foi representado no Fórum pelo psicólogo, Arthur Lobato, já que compromissos junto ao TJMG e outros órgãos inviabilizaram a ida de membros da diretoria do Sindicato.

O SERJUSMIG apóia e acredita na importância do Fórum Social Mundial (FSM) na medida em que possibilita um espaço aberto - plural, diversificado, não-governamental e não-partidário-, que estimula o debate, a reflexão, a formulação de propostas, a troca de experiências

e a articulação entre organizações e movimentos engajados em ações concretas, pela construção de um outro mundo, mais solidário, democrático e justo. Sindicato dos Servidores da Justiça de 1ª Instância de Minas Gerais - Nº 130 - Janeiro/Fevereiro/Março de 2009

Retrospectiva 2008



Durante o ano de 2008 os servidores do Judiciário mineiro demonstraram muita disposição em várias frentes de lutas, sendo algumas delas travadas na Assembléia Legislativa e outras junto ao Tribunal de Justiça.

Veja a cobertura completa de todas as ações engajadas pelo SERJUSMIG durante o ano, nas páginas de 12 a 15.



RETROSPECTIVA 2008

Janeiro

- Após muita persistência e negociação junto ao TJMG, sai publicado o edital de Promoção Vertical referente ao ano de 2005, excetuando, em virtude de um Mandado de Segurança, as vagas relativas à classe B do cargo de Oficial de Apoio Judicial.
- No dia 30, o SERJUSMIG anuncia uma vitória importante: o pagamento da diferença dos seis níveis em atraso, relativa aos meses de janeiro a março de 2007.

Fevereiro



- Entre os dias 12 e 15, diretores do SERJUSMIG visitam nove comarcas do interior do estado, esclarecendo dúvidas dos servidores e verificando as condições de trabalho em cada uma delas.
- No dia 22, o 2° GT (Grupo de Trabalho) instituído para regulamentar a verba indenizatória fixa de transporte dos servidores da 1ª Instância, entrega ao presidente do TJMG seu relatório final. O estudo contemplou sugestões do SERJUSMIG constantes do relatório do 1° GT, do qual a entidade participou ativamente nas discussões.

Março



- No dia 3, diretores do SER-JUSMIG se reúnem com membros da comissão responsável pelo redesenho da primeira Instância e conseguem avançar nas negociações relativas a alguns tópicos do relatório entregue ao então presidente do TJMG, Orlando Adão.
- Dia 9, representantes de vários sindicatos, dentre eles o SERJUSMIG, participam de uma reunião com a diretoria do Ipsemg, a fim de tratar da reestruturação e implantação de um novo modelo de plano de saúde para os usuários.
- Iá no dia 18, acontece nova reunião no Ipsemg, onde o SERJUSMIG cobra soluções para agilizar a autorização de credenciamento de médicos, dentistas e clínicas. O SERJUSMIG é autorizado pelo Instituto a acompanhar e intermediar o processo de credenciamento.
- No dia 28, a diretora social do SERJUSMIG participa de encontro com as Assistentes Sociais do Núcleo Regional do Norte de Minas, para tratar de assuntos de interesse da classe, aproveitando a ocasião para esclarecer dúvidas relativas ao Redesenho, Adicional de Penosidade, Promoção Vertical, Remoção, Saúde do Trabalhador.
- SERJUSMIG protocola, no dia 26 de março, o requerimento administrativo nº. 02/2008 no TRE mineiro reivindicando o cumprimento da Resolução 20843/01, expedida pelo TSE no ano de 2001. Esta Resolução, fruto de petição protocolada pelo Sindicato no TSE, determina o pagamento aos Oficiais de Justiça do valor constante das tabelas de custas e de ações cíveis dos tribunais de Justiça dos respectivos estados e do Distrito Federal.

Abril

Em 26/4, o SERJUSMIG promove mais uma edição do Encontro Regional "SERJUSMIG, eu integro esta força",

desta vez em Pouso Alegre. Cerca de 180 servidores de várias comarcas da região do Sul de Minas compareceram ao encontro.



- No dia 8, a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização aprovou o parecer de 1º turno do PLC 26/2007 com algumas emendas sugeridas pelo SERJUSMIG, dentre elas: a manutenção do direito dos servidores de se inscreverem em concurso para a magistratura e a permanência na Lei da previsão de que os Técnicos de Apoio Judicial Especialidade Escrivão- integram secretarias do Juízo.
- Dia 9, o SERJUSMIG protocola documento no TJ cobrando o pagamento urgente dos valores retroativos a 1° de janeiro de 2005, relativos à PV 2004 dos classificados para a Classe B do cargo de Oficial de Apoio.
- Nos dias 16, 17 e 18, o SER-JUSMIG participa de seminário promovido pela Fenajud, em Brasília, a fim de debater: "Trabalho e Saúde dos Servidores do Judiciário - Perspectivas para uma ação unificada".

Maio

- O SERJUSMIG esteve em Brasília, no dia 3, trabalhando pela votação da PEC 190/07 (que trata da instituição de um Estatuto único para os servidores do Judiciário nos Estados), na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. A PEC foi aprovada na CCJ após intenso trabalho dos representantes sindicais junto aos deputados integrantes da Comissão.
- No dia 7, representantes do



SERJUSMIG reúnem-se com o vice-presidente do TJMG e superintendente da Ejef, desembargador Reinaldo Ximenes, para tratar sobre Promoção Vertical, Adicional de Desempenho (ADE), Plantões da primeira Instância, Redesenho, Plano de Carreiras, instituição da gratificação de 20% do PJ 77 para Escrivões e Contadores.

- No dia 8, o SERJUSMIG reúne-se com a diretora-geral do TRE, Dra. Elizabeth Resende Barra, para reivindicar pagamento das diligências eleitorais no valor da tabela D.
- Diretores do SERJUSMIG comparecem em reunião em São Paulo, no dia 9, para, juntamente com outras entidades sindicais, discutir a elaboração de um projeto nacional em prol da saúde dos trabalhadores do judiciário.



No dia 31, foi a vez da regional Uberaba sediar o evento "SERJUSMIG, Eu integro esta força!" . Compareceram cerca de 200 Servidores da região.

Junho

No dia 6, o SERJUSMIG participa de uma reunião com a administração do TJMG a fim de tratar sobre a pauta de reivindicações dos Servidores. Dentre os assuntos discutidos na reunião, destaca-se o reajuste salarial da categoria. A



RETROSPECTIVA 2008

administração sinaliza com índice de apenas 5%.

Em 19, o SERJUSMIG se reúne com o diretor da SEPAC/ TJMG, Renato Cardoso, para tratar dos temas relacionados às Contadorias e Tesourarias. Dentre eles, a necessidade da instituição de uma compensação pelo exercício da fiscalização dos serviços extrajudiciais, viabilização da contratação de estagiário e fim do desvio de função.



- Já no dia 11, acontece nova reunião com o TJ, sendo que, após muita negociação, o índice do Reajuste apresentado no início da reunião (10%) é elevado para 17,5%.
- Em 26/6, SERJUSMIG e Sinjus, com o apoio do Sitraemg, promovem o lançamento da Cartilha "Combate ao assédio moral na administração pública".
- No sábado, 28, Belo Horizonte sediou o Encontro Regional "SERJUSMIG, eu integro esta força!", que contou com cerca de 200 participantes.

Julho

- No dia 7, a Comissão integrada por técnicos do TJMG e representantes do SERJUSMIG e do Sinjus, entrega a minuta de anteprojeto de lei dispondo sobre o ADE - Adicional de Desempenho -, ao presidente do Tribunal.
- Projeto que trata das alterações da LDOJ (PLC26/07) é aprovado na reunião da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, no dia 8, e encaminhado para votação em primeiro turno no



Plenário. Mantidas as emendas sugeridas pelo SERJUSMIG.

- No dia 11, a Comissão de Administração Pública da ALMG aprova novo substituto ao PLC26/07, desta vez acatando sugestão do SER-JUSMIG e dos Oficiais de Justiça, no sentido de garantir a equivalência dos vencimentos dos atuais ocupantes do cargo, com os novos (dos quais será exigido bacharelado em direito para ingresso).
- Após intensa negociação juntos aos deputados, o SER-JUSMIG consegue retornar com o artigo que garante gratificação aos chefes de secretarias, na votação de segundo turno da na Comissão de Administração Pública, ocorrida no dia 15.
- Após mais de um ano e meio tramitando na Assembléia Legislativa de Minas, finalmente, o PLC26/07 - que trata das alterações na Lei de Organização e Divisão Judiciárias - é aprovado em segundo turno no Plenário da Casa, no final da manhã do dia 17.
- No dia 30, o SERJUSMIG acompanha a sessão da Corte Superior do TJMG onde, após uma sessão tumultuada, são aprovados: a proposta orçamentária do TJMG para o ano de 2009 e o anteprojeto de reajuste salarial dos servidores do Judiciário mineiro (17,5%).

Agosto

■ No dia 7, o SERJUSMIG obtém informação junto à ALMG, sobre o pedido encaminhado ao Governador do Estado pelo então presidente do TJMG, desembargador Orlando Adão, de veto a 11 artigos do PLC 26/07, incluindo aqueles defendidos pela entidade.

- No dia 8, inicia-se a tramitação do PL do reajuste na ALMG.
- No dia 13, diretores do SERJUSMIG reúnem-se com o chefe de gabinete do Secretário de Estado de Governo e entregam vários documentos e ofícios que justificam a sanção dos artigos de interesse dos servidores (27,58,63 e 67 da PLC 26/08). Além disso, Sindicato começa a buscar o apoio de vários.



- Em 14/8, o SERJUSMIG, reúne-se com a equipe da EJEF para tratar sobre o treinamento dos servidores da capital e do interior, principalmente os Comissários da Înfância e da Juventude e dos Contadores, além de tratar sobre promoção vertical, avaliação de desempenho e assédio moral.
- No dia 19, o governador Aécio Neves acata a solicitação do Presidente do TJ e publica decreto vetando 14 artigos do PLC26/08 (agora PLC112/08), dentre eles: os artigos 27, 58, 63 e 67. SERJUSMIG intensifica a luta diária pela derrubada dos vetos junto aos parlamentares mineiros.



Durante todo o mês, o SER-JUSMIG monta plantão na ALMG e percorre os gabinetes dos deputados, encaminha ofícios, reúne-se com assessores e também com secretários do



Governo, numa intensa luta pela derrubada dos vetos.

Setembro



- No dia 15, a convite da Ejef, o SERJUSMIG participa do programa de treinamento dos servidores do judiciário mineiro, onde são abordados os temas: as lutas da categoria, ADE, Redesenho, Plano de Carreiras, projeto de reajuste e vetos do Governador à PLC112/08.
- Em 9/9, o SERJUSMIG cobra do TJMG agilização da aprovação do Anteprojeto do ADE. Dá início à campanha "TJMG, não adie o ADE", reivindicando sua aprovação pela Corte Superior e envio à ALMG ainda em 2008.
- Após muita persistência da entidade, é publicado, no dia 16, o resultado da PV 2005 dos Oficiais de Apoio Judicial classe C para a B.
- No dia 17, o projeto que concede reajuste aos servidores do Judiciário mineiro, PL 2642/08, é aprovado na Comissão de Fiscalização Financeira da ALMG.
- No dia 23, o SERJUSMIG reúne-se com alguns técnicos da Seplag e é informado que o relatório final do redesenho já havia sido concluído. O SER-JUSMIG reivindicou ciência do expediente, a fim de opinar sobre a versão final.



RETROSPECTIVA 2008



Ainda no dia 23/09, o SER-JUSMIG acompanhou a votação do parecer da Comissão Especial designada para analisar os vetos a artigos da Proposição de Lei Complementar (PLC)112/08. A comissão incorporou, na íntegra, justificativa apresentada pelo SERJUSMIG e emitiu parecer pela derrubada dos 4 vetos de interesse dos servidores (art. 27, 58, 63 e 67).



- Em 25/9, diretores do SER-JUSMIG reúnem-se com o novo presidente do TJ, des. Sérgio Resende e discutem a pauta de reivindicações da categoria, compreendendo: reajuste do vale-lanche, majoração do valor das diligências, promoção vertical, ADE, redesenho e instituição de gratificação para os chefes de secretarias.
- Na terça, 30, o SERJUSMIG e demais lideranças sindicais, reúnem-se com diretor do Ipsemg para discutir acerca do atendimento do Instituto na capital.

Outubro

Na tarde do dia 8, diretores do SERJUSMIG se encontram com o deputado líder da maioria, Domingos Sávio (PSDB), solicitando-lhe apoio de sua bancada na derrubada dos vetos aos artigos 27, 58,63 e 67.



- Acontece nos dias 16,17 e 18, a 10^a edição do Encontro de Delegados, onde também se comemorou os 18 anos de luta do Sindicato. O evento foi um grande sucesso e reuniu mais de 400 servidores de todo o Estado.
- No dia 21, o SERJUSMIG e lideranças sindicais reúnemse para discutir o novo texto do projeto que tratará sobre o assédio moral no âmbito estadual.

Novembro



- Os diretores do SERJUS-MIG se reúnem, no dia 6, com o desembargador Elpídio Donizetti, relator da matéria relativa ao ADE, para solicitar melhorias e urgência na tramitação da matéria.
- No dia 11, o SERJUSMIG, juntamente com vários servidores do Judiciário mineiro, comemoram, após meses de luta, a derrubada, por unanimidade, dos vetos aos artigos 27, 58,63 e 67 da PLC 112/08. Deputados usam os microfones do plenário para destacar a importância do papel do SERJUSMIG nessa vitória.
- No final do mês, SERJUS-MIG e Sinjus se reúnem com equipe da Seplag para tratar sobre Promoção Vertical, diligências, ADE e Saúde do Servidor.

Dezembro



- Com a pauta do plenário obstruída, SERJUSMIG permanece de plantão na ALMG para pressionar os deputados pela aprovação do PL do reajuste. Após muito persistir, obtém o compromisso dos parlamentares de desobstrução da pauta e votação do PL.
- Dia 3, o departamento jurídico do SERJUSMIG protocola requerimento administrativo postulando a ampliação da licença-maternidade das Servidoras do TJMG para 06 meses.
- Também no dia 3, diretores do SERJUSMIG procuram vários parlamentares para pedirlhes apoio em favor da votação urgente do PL2642/08. Além disso, conversam com o deputado Gilberto Abramo, líder do partido PMDB, que se compromete (em nome do partido) a encaminhar requerimento à mesa solicitando a inversão da pauta, a fim de que o PL do reajuste do Judiciário fosse apreciado em 1º lugar.



Na noite do dia 9, projeto do reajuste é aprovado em 1º turno no plenário e segue imediatamente para a Comissão de Fiscalização Financeira, onde também é aprovado. Servidores de várias Comarcas acompanham a votação e comemoram a vitória.

- Na última sessão do ano, (10/12), a Corte Superior do TJMG aprova o anteprojeto do ADE, mesmo com alguns argumentos contrários ao texto levantados por alguns desembargadores. Diretores do SER-JUSMIG acompanham a sessão e conversam com o presidente logo após a mesma.
- Entre os dias 11 e 19, diretores do SERJUSMIG percorrem várias Comarcas do interior de Minas: Ouro Preto, Ponte Nova, Teixeiras, Divinópolis, Poços de Caldas, Nepomuceno, para esclarecer dúvidas dos servidores e verificar as condições de trabalho e instalações dos Fóruns.



- No dia 15, a ALMG, consagrando com vitória a perseverante luta do SERJUSMIG, aprova, em 2º turno, o PL 2642/2008, que concede reajuste salarial aos servidores do Judiciário de Minas no ano de 2009 (10% em janeiro e 7,5% em julho).
- No dia 18, TJ publica os editais de Promoção Vertical (01/2008, relativo à 2ª Instância e 02/2008, relativo à 1ª Instância) referentes aos anos de 2006, 2007 e 2008.
- No dia 19, SERJUSMIG denuncia agressão sofrida por um Oficial de Justiça na Comarca de Santa Luzia e pede providências às autoridades competentes para garantir condições de trabalho dignas e seguras aos servidores.
- Ainda no dia 19, o presidente do TJ anuncia investimentos de R\$ 257,5 milhões em obras nas Comarcas do interior durante coletiva à imprensa.



Resumo das ações judiciais

O SERJUSMIG disponibiliza assessoria jurídica aos seus filiados para impetração das seguintes Ações:

INDIVIDUALMENTE

AÇÃO PASEP - Essa ação visa pleitear correções (Expurgos Inflacionários Incidentes) do PASEP dos servidores, sobre o período de 1987 a 1991.

AÇÃO MUDANÇA DE BANCO - Mandado de Segurança (com pedido de provimento Liminar) pugnando pela mudança de Instituição Financeira para efeito de recebimento de vencimentos. AÇÃO 3,2% IPSEMG SAÚDE - Mandado de Segurança (com pedido de provimento Liminar) pugnando pela suspensão do desconto mensal realizado no contracheque a título de contribuição do custeio obrigatório da assistência à saúde à razão da alíquota de 3,2% previsto no Artigo 85 e seus parágrafos da Lei Complementar Estadual 64, de 25 de março de 2002, com a redação dada pela Lei Complementar Estadual Nº 70, de 30 de julho de 2003.

AÇÃO HORA-EXTRA OFICIAL DE JUSTIÇA - O objeto da presente ação litisconsorcial é o pagamento de horas-extras devidas aos servidores do cargo de Oficial de Justiça do Estado de MG, tendo em vista o acréscimo da jornada de trabalho diário de 08 horas, durante o período de 1º de março de 1994 até a vigência da Portaria-Conjunta nº 076/06, devendo ser inserido o acréscimo de 02 horas-extras laboradas, diariamente e indevidamente, naquele período.

COLETIVAS

AÇÃO HORA-EXTRA - O objeto da presente ação é o pagamento de horas-extras devidas aos servidores do interior, tendo em vista o acréscimo da jornada mensal, disposto na Portaria 1724/05, referentes aos plantões realizados. Processo nº 0024057804833 - 6ª Vara da Fazenda Pública Estadual: Autos Remetidos ao Tribunal de Justiça.

AÇÃO DA URV ELEITORAL - O objeto da presente ação tem finalidade de determinar o pagamento das diferenças remuneratórias ocorridas em decorrência do percentual de 11,98%, referente a conversão da URV - Planos Econômicos, dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais que exerceram o cargo de Escrivão Eleitoral junto ao Tribunal Regional Eleitoral. Processo nº 20063800029379 TRF1/Autos Concluso para Sentença.

AÇÃO ORDINÁRIA - URV - TODOS OS SINDICALIZADOS

Esta ação tem finalidade de recompor os vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, no percentual de 11.98%, referente a conversão da URV - Planos Econômicos. PROCESSO Nº 0024.01.025.964-6.

Tendo em vista o reconhecimento do pedido, o que se discute agora é o pagamento dos juros de mora. O processo se encontra em primeira instância para apreciação do pedido de desistência do recurso de apelação interposto pelo Estado de Minas Gerais

MANDADO DE SEGURANÇA - VERBA INDENIZATÓRIA

Visa obrigar o Estado ao pagamento da verba indenizatória de locomoção para os servidores que cumprem diligências externas no Poder Judiciário, bem como o Estado de Minas Gerais a repassar ao Tribunal de Justiça o valor necessário ao pagamento da verba devida nos feitos da Justiça Gratuita e Juizados Especiais.

PROCESSO Nº1.0000.00.223511-7/000

BENEFICIADOS: Assistentes Sociais Judiciais, Comissários da Infância e Juventude,

Oficiais de Justiça Avaliadores e Psicólogos Judiciais, O processo se encontra no STJ, em grau de Recurso Ordinário nº 16.191, estando os autos conclusos ao Ministro Relator.

AÇÃO DE REPOSICIONAMENTO DOS INATIVOS

O objeto da presente ação é a busca no correto posicionamento dos servidores aposentados de acordo com a nova sistemática introduzida pelo plano de carreiras, através da Lei Estadual n°13.467/00. A presente ação foi julgada improcedente em 1º e 2º Instância, e interpomos os Recursos Cabíveis.

AÇÃO REPETIÇÃO DE INDÉBITO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE 4,8%

PROCESSO Nº 024.04.492.764-8

A Ação visa restituir, para os servidores – sindicalizados -inativos, a contribuição previdenciária descontada de 4,8%, instituída pela Lei Complementar Estadual nº 64/2002. O Processo em tela foi julgado procedente, e atualmente encontra-se em fase de Execução de Sentença.

MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO - ABSTENÇÃO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA EM CUMPRIR OS MANDADOS DE PRISÃO

O Mandado de Segurança visa abster os oficiais de justiça sindicalizados de cumprirem mandados de prisão, vez que não possuem porte de arma. Processo Nº 1.0000.04.406.553-0/000 - Corte Superior do TJMG. **Autos Remetidos ao Superior Tribunal de Justiça**.

AÇÃO ORDINÁRIA COLETIVA - ADICIO-NAL DE ATIVIDADE PENOSA - COMISSÁ-RIOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

A ação visa o pagamento do adicional de atividade penosa aos Comissários da Infância e Juventude. PROCESSO Nº 0024.03.142.965-7. Pedido foi julgado Improcedente, mas o SER-JUSMIG apresentou Apelação.

AÇÃO ORDINÁRIA COLETIVA - ADI-CIONAL DE ATIVIDADE PENOSA - OFI-CIAIS DE JUSTIÇA AVALIADORES

A ação visa o pagamento do adicional de atividade penosa aos Oficiais de Justiça Avaliadores. PROCESSO Nº 0024.03.142.338-7: **Autos Vista ao Estado de Minas Gerais**.

AÇÃO ORDINÁRIA COLETIVA - ADI-CIONAL DE ATIVIDADE PENOSA - PSI-CÓLOGOS JUDICIAIS

A ação visa o pagamento do adicional de atividade penosa aos Psicólogos Judiciais PROCESSO Nº 024.03.142.337-9: Autos Vista ao Estado de Minas Gerais.

AÇÃO ORDINÁRIA COLETIVA - ADI-CIONAL DE ATIVIDADE PENOSA - ASSIS-TENTES SOCIAIS

A ação visa o pagamento do adicional de atividade penosa às Assistentes Sociais. PROCESSO Nº 0024.03.142.336-1: **Pedido foi julgado Improcedente, mas o SERJUSMIG apresentou Apelação, e os autos foram remetidos ao Tribunal de Justiça**.

APOSENTADOS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE 3,5%

Esta ação já transitou em julgado e está em fase de execução. Na execução o SER-JUSMIG pleiteia a devolução dos 3,5% pagos indevidamente pelos servidores aposentados constantes do citado Mandado de Segurança. O Processo em tela foi julgado procedente, e atualmente encontra-se em fase de Execução de Sentença.

PROCESSO Nº 1.0000.00.097.400-6/000

ABRANGÊNCIA: Servidores aposentados filiados ao SERJUSMIG constantes da lista de substituídos do processo.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - REAJUSTE ANUAL

Esta ação tem a finalidade de dar concreção ao art. 37, X, da CF/88 (revisão geral anual dos salários), bem como pleitear as parcelas vencidas e vincendas não pagas pelo Estado de Minas Gerais. Aguarda decisão do Agravo - PROCESSO Nº 0024.02.752.201-0

Processo em grau de Agravo de Instrumento junto ao STF aguardando a análise de repercussão geral.

MANDADO DE SEGURANÇA - DUAS FÉRIAS

PROCESSO Nº 1.0000.00.287.963-3

Esta ação tem por finalidade conceder aos servidores de 1ª instância o mesmo tratamento concedido aos da 2ª instância no tocante às férias.

Processo em grau de Recurso Ordinário junto ao STJ nº 18776.

(Obs: Os últimos andamentos das ações foram verificadas na data de 6/2/2009)





A licença de saúde dá direito à isenção de IR?

Na minha opinião, a licença para tratamento de saúde dos servidores dá direito à isenção do imposto de renda, independente da doença, como divulguei numa nota curta no jornal anterior. Nesta coluna explico, de forma mais completa, a minha fundamentação legal.

A fundamentação legal da isenção

A Lei Federal 8.541, de 23 de dezembro de 1992, prevê, em seu artigo 48: "Ficam isentos do imposto de renda os rendimentos percebidos pelas pessoas físicas decorrentes de seguro-desemprego, auxílionatalidade, auxílio-doença, auxílio-funeral e auxílioacidente, pagos pela previdência oficial da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e pelas entidades de previdência privada. (Redação dada pela lei nº 9.250, de 1995).

Alguns afirmam que, ao se referir ao auxíliodoença, a lei teria garantido apenas o direito para os segurados do INSS. No entanto, a citação expressa no texto legal de rendimentos de auxílio-doença pagos pela previdência dos Estados e dos municípios, me parece indica claramente a intenção do legislador de estender também a isenção de imposto de renda aos servidores estaduais e municipais. Além do mais, me parece óbvio que uma legislação sobre o imposto de renda, de aplicação geral na sociedade, não poderia dar tratamento diferenciado a dois eventos semelhantes – o auxílio-doença e a licença para tratamento de saúde - de trabalhadores do setor privado e de servidores públicos.

Considero que a licença para tratamento de saúde dos servidores é o equivalente ao auxílio-doença

do setor privado. Isso, em Minas Gerais, está expresso inclusive na legislação de previdência estadual na Lei Complementar 64/2002, nos artigos 6º e 16. Neste último artigo está escrito: "O segurado será licenciado para tratamento de saúde quando incapacitado temporariamente para o exercício de suas atividades laborais, nos termos do regulamento"

Uma questão que pode estar dificultando o acesso dos servidores estaduais à isenção é que o IR dos servidores é apropriado pelo Estado. O artigo 157 da Constituição Federal prevê que "pertence aos Estados e ao Distrito Federal: o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e

Assessorei, por diversos anos e até recentemente, uma entidade dos servidores da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). Divulguei a tese de isenção de IR sobre a licença de saúde. Depois de algum tempo, a Prefeitura reconheceu o direito à isenção e informou que ele só não foi procedido na época certa porque o benefício não era automático, dependia de requerimento do servidor. O procedimento adotado pela PBH foi o seguinte, de acordo com informações que recebi de diversos servidores: a) de forma similar ao INSS foi considerada a isenção do IR para a licença a partir do 16º dia de afastamento; b) para ter acesso ao benefício o servidor efetuou o requerimento por escrito; c) foram contempladas as licenças concedidas nos últimos cinco anos, que é o prazo de prescrição. Foi depois que os servidores da PBH me informaram da isenção, que tomei a liberdade de divulgar

o assunto entre os servidores estaduais. Se a PBH aplica a lei federal de forma que considero correta é mais que justo que seja reivindicado do Estado o mesmo procedimento.

Reajuste para servidores sem paridade

Outro assunto que gostaria de tratar nesta coluna é o reajuste dos servidores sem paridade (principalmente os aposentados por invalidez após 31-12-2003 e os não efetivos aposentados). A Lei Federal 11.784/ 2008, de 22 setembro de 2008, determinou que esses reajustes sejam os mesmos aplicados pelo INSS aos benefícios superiores ao salário mínimo. O INSS divulgou que o índice será de 5,92% agora em fevereiro, com pagamento em março. E mais: Portaria do Ministério da Previdência determinou que este reajuste seja aplicado, de forma retroativa a junho de 2004, de acordo com a data de concessão da aposentadoria e da pensão. São os seguintes os reajustes concedidos pelo INSS desde 2004: 4,53% (maio de 2004), 6,35% (maio de 2005), 5,01% (abril de 2006), 5% (março de 2007), 5,92% (fevereiro de 2008). Não tenho informações sobre quais servidores sem paridade já foram contemplados com esses reajustes e quais deverão ser contemplados agora.

Plantão telefônico

Estou diariamente à disposição dos associados do Serjusmig e de seus familiares num plantão telefônico, de 9 às 11:30 horas. O telefone para contato é: 31-3391.3623.

Prestação de Contas

Janeiro-Fevereiro-Março/2009

O SERJUSMIG traz neste espaço a prestação de contas sobre todos os informativos, jornais, correspondências e fax enviados aos delegados sindicais durante os meses de janeiro, fevereiro e março de 2009, para ciência dos servidores de suas comarcas.

Na edição 129 ° do "Serjusmig Notícias" foram destaques: Aprovação do ADE pela corte do TJMG, discussão do texto para o projeto de lei sobre Assédio Moral, Pedido de ampliação para a Licença Maternidade para servidoras do TJMG através do Protocolo nº 0000640046200815, a aprovação do Projeto do Reajuste aos Servidores do Judiciário e a mobilização e persistência pela derrubada dos vetos.

Informativo 517 - SERJUSMIG anuncia aprovação do Projeto do Reajuste em 1º turno no plenário

Informativo 518 - SERJUSMIG alerta os servidores quanto ao prazo de inscrição para a Promoção Vertical.

Informativo 519 - Novamente alerta os servidores quanto ao final do prazo para as inscrições para Promoção Vertical

Informativo 520 - Sindicato homenageia as mulheres do Judiciário mineiro.



A Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal do SERJUSMIG lamentam profundamente o falecimento do Oficial de Justiça da Comarca de Santa Luzia, Edson Costa Silva, ocorrido no dia 03/02/2009 e da oficial de apoio judicial **Júnia Bolognani Lovato**, da Comarca de Bom Sucesso, ocorrido no dia 23 de dezembro do ano passado.



Sindicato dos Servidores da Justiça de 1º Instância do Estado de Minas Gerais Av. Amazonas, 2.086 - Barro Preto 30180-003 Belo Horizonte - MG

www.serjusmig.org.br E-mail: serjusmig@serjusmig.org.br

Fone: (31) 3025-3500



IMPRESSO ESPECIAL CONTRATO Nº 7317396502 ECT - DR / MG **SERJUSMIG**